



Agricultura Urbana e Direito à Cidade: anotações teóricas para uma agroecologia urbana II
Urban agriculture and right to the city: theoretical contributions for an urban agroecology II

SCHITTINI, Gilberto de Menezes¹

¹ Pesquisador autônomo, gilberto.schittini@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Agriculturas Urbanas

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar o fenômeno da agricultura urbana e elucidar o seu potencial de transformação das relações sócio-espaciais urbanas e de contestação ao Regime alimentar global. Foram definidos alguns elementos necessários a uma perspectiva da agricultura urbana, com base na ecologia política e na teoria urbana crítica, que considere não só os processos de isolamento e alienação que caracterizam a neoliberalização das cidades, mas também as possibilidades de produção social de bens comuns e de apropriação de espaços por seu valor de uso. O trabalho se debruça mais detidamente na produção intelectual de Henri Lefebvre, mais especificamente suas discussões sobre produção social do espaço, a tríade espacial e o conceito de direito à cidade.

Palavras-chave: Hortas comunitárias; Produção social do espaço; Espaço urbano; Bens comuns urbanos.

Introdução

Este trabalho segue outro apresentado anteriormente no XI CBA (SCHITTINI, 2020). O que se procura é aprofundar na discussão acerca da diferença que faz o “urbano” da agricultura urbana (TORNAGHI, 2017) seja pela criação de possibilidades de resistência ao regime alimentar corporativo, ou por seu potencial de transformação nas relações sócio-espaciais urbanas. E, em última instância, avançar no sentido da construção de um novo campo de conhecimento acerca de uma “agroecologia urbana” (ALMEIDA, et al., 2018)

Segundo Brenner e seus colaboradores (2009), o espaço urbano sob o capitalismo não está permanentemente fixado. Por um lado, as cidades capitalistas são locais estratégicos para processos de “comoditização”, ou seja, para a produção, circulação e consumo de commodities. E isso afeta sua organização socioespacial, seus sistemas de governança e os padrões de conflitos sociopolíticos. Mais ainda, as próprias cidades são intensamente “comoditizadas” já que suas formas socioespaciais constitutivas são desenhadas e continuamente reorganizadas para intensificar a acumulação de lucros do capital. Mas, por outro lado, essas estratégias de reestruturação urbana orientada para o lucro não deixam de ser contestadas por forças marginalizadas. Assim, o espaço urbano das cidades capitalistas é constantemente produzido e reproduzido pela disputa entre forças sociais opostas orientadas, respectivamente, para o valor de troca (lucro) ou valor

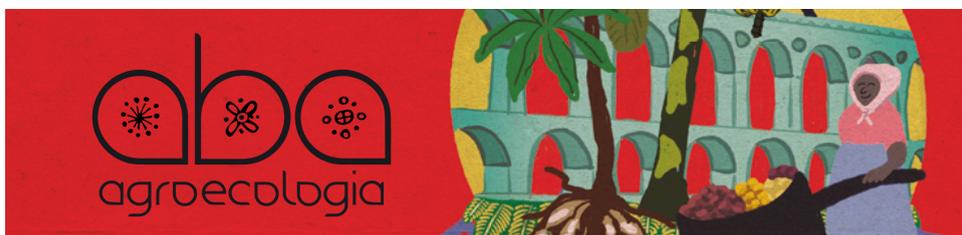


de uso (vida cotidiana) das configurações socioespaciais urbanas (BRENNER et al., 2009).

Para explicitar essas disputas, Tornaghi propõe então uma abordagem geográfica crítica da agricultura urbana. Segundo ela, convém expor os variados significados, formas, desafios e conflitos que caracterizam projetos de agricultura urbana em seus contextos específicos. Seria conveniente ainda propor e questionar alternativas ao urbanismo neoliberal e sua organização socioeconômica que estão sendo colocadas pela agricultura urbana, e entender seus modelos culturais, políticos e filosóficos alternativos. E, por fim, re-politizar a agricultura urbana, inclusive do ponto de vista metodológico, por meio da aproximação de iniciativas de base e do envolvimento com a formulação de políticas públicas (TORNAGHI, 2014). As recomendações feitas por Tornaghi (2014) dão pistas que podem ser úteis nessa empreitada. Ou seja, para efetivamente politizar a agricultura urbana e explorar suas possibilidades de transformação e seu potencial radical, convém ancorar essa análise nos campos teóricos da ecologia política urbana e na teoria urbana crítica, nos trabalhos de autores como Lefebvre, Harvey e outros. E procurar observar em que medida a agricultura urbana pode contribuir para novas formas de urbanização – afinal o regime alimentar corporativo hegemônico está relacionado aos processos recentes de urbanização capitalista. E se, conforme destaca Tornaghi (2014), o urbanismo neoliberal implica em novas rodadas de despossessão e alienação, importa identificar em que medida a agricultura urbana pode apontar para a democratização dos fluxos metabólicos urbanos - entendidos enquanto “circulação de matéria, valor e representações” (SMITH, 2006) e para a criação de bens comuns – entendidos como relações sócio-espaciais não-commoditizadas, fora do alcance da lógica de mercado e suas valorações (HARVEY, 2012).

Metodologia

Este trabalho parte de uma análise bibliográfica e uma reflexão teórica para contribuir à construção de uma abordagem crítica para estudos da agricultura urbana. Parte dessa inspiração vem da contribuição de Henri Lefebvre, mais especificamente suas discussões sobre produção social do espaço, a tríade espacial e o conceito de direito à cidade. Outros conceitos e categorias que servem de apoio ao trabalho são a falha metabólica e o metabolismo urbano – no sentido dado pela ecologia política a partir da produção de Marx; os conceitos de alienação, fetichismo; as noções de cercamentos (enclosures) e acumulação por despossessão, bem como uma caracterização geral dos sentidos da neoliberalização das cidades; e, por fim, os conceitos de bens comuns urbanos e de direito à cidade. Enquanto que o trabalho anterior abordou mais detidamente os aspectos relacionados à apropriação dos fluxos metabólicos urbanos para criação de espaços comuns e de relações sociais não-commoditizadas, o que se procura agora é compreender como a produção intelectual de Lefebvre pode contribuir para analisar as experiências de agricultura urbana e para identificar seu potencial de resistência às transformações neoliberais do espaço urbano e do regime alimentar.



Resultados e Discussão

Em “O Direito à Cidade”, Lefebvre defende que a cidade deve ser entendida como uma “obra”, que deve ser associada mais como “obra de arte do que com o simples produto material” (LEFEBVRE, 2001, p. 52). Nesse sentido, enquanto formação e obra social, a cidade deve ser reconhecida como algo resultante de uma atividade produtora, de uma criação, ou obra de seus habitantes. Para Lefebvre “se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos” (LEFEBVRE, 2001, p. 52). Assim, sendo comparável a uma obra de arte, a cidade e a realidade urbana devem ser entendidas como algo ligado a valores de uso, mas que foram subordinadas ao valor de troca e a generalização de relações mercantis derivadas da industrialização e do economismo. O autor propõe então o direito à cidade como a “proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso”, como direito à obra e à sua apropriação. Ou seja, a superação do mercado, do valor de troca, do dinheiro e do lucro, pelo direito à vida urbana, sua centralidade, encontros, trocas, ritmos de vida e empregos do tempo. E isso implica na necessidade de mudanças nas práticas sociais (LEFEBVRE, 2001).

É interessante explorar como o foco de Lefebvre na produção social da cidade pode afetar o conceito de agricultura urbana. Lefebvre propõe uma distinção, metodológica e teórica, entre cidade e urbano, morfologia material e morfologia social. Para ele, a cidade seria “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico”, enquanto que o urbano se trata da “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 2001, p. 54). Sendo assim, uma agricultura urbana de fato não deveria se referir tão somente à produção de alimentos na cidade ou realidade material, mas no urbano ou na realidade social composta de relações – ainda que as relações sociais urbanas não prescindam do substrato material da cidade.

Em algum nível, a agricultura urbana, nos termos de Lefebvre, tem elementos de obra do campo a paisagem, e “esta obra emerge de uma terra lentamente modelada, originariamente ligada aos grupos que a ocupam” (LEFEBVRE, 2001, p. 73). Mas, trata-se de uma paisagem que resulta de mediações originais entre a cidade, o campo e a natureza promovida pela vida urbana. E o que seria, então, uma agricultura em seio “urbano”? Seria, a partir da proposta de Lefebvre das formas mental e social urbanas, a produção de alimentos mediada por relações de simultaneidade, reunião, convergência e encontros. Ou seja, em vez de ser uma penetração do “rural” na cidade, a agricultura urbana poderia ser vista como mais uma dentre as manifestações de “desejo, desequilíbrio permanente, de sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (LEFEBVRE, 2001, p. 84) que compõem o “urbano” de acordo com Lefebvre. O urbano é, ainda, o lugar, para Lefebvre, do valor de uso, mesmo que a racionalidade economicista procure submetê-lo pelo valor de troca e suprimir a obra. Retornando à sua proposição inicial: “a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das



ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa” (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Conclusões

Para testar a hipótese de que há aspectos das experiências de agricultura urbana que criam oportunidades potenciais para a descomoditização e desalienação, para a valorização da cidade pelo seu valor de uso, para a criação de bens comuns urbanos, para o direito à apropriação do metabolismo urbano, para, enfim, o direito à cidade – elementos que caracterizariam essa agricultura urbana como um movimento social radical – cabe procurar aproximar essa discussão à noção de tríade espacial de Henri Lefebvre. A tríade trata-se de um elemento crucial da teoria Lefebvriana de produção social do espaço. E é fundamental para a compreensão das relações entre cada sociedade e seu espaço. Esse movimento é oportuno porque, conforme propõem Almeida e colaboradores (2018), articular a discussão sobre produção social do espaço urbano e a agroecologia contribui para explicitar diferentes possibilidades e disputas acerca da agricultura e da cidade.

Segundo Lefebvre, as experiências espaciais das sociedades podem ser descritas por três aspectos inter-relacionados do espaço. Em primeiro lugar, há as práticas espaciais (espaço percebido), que trata da produção e a reprodução de cada formação social, e suas localizações particulares e os conjuntos espaciais característicos (LEFEBVRE, 1994, p.33). Há ainda as representações do espaço (ou espaço concebido), que são ligadas às relações de produção e à “ordem” que essas relações impõem e, portanto, ao conhecimento, signos, aos códigos, e às relações “frontais” (LEFEBVRE, 1994, p.33). Segundo Lefebvre, as representações do espaço são construídas por cientistas, urbanistas, planejadores, e outros tecnocratas, de forma que se configuram enquanto “o espaço dominante em cada sociedade (ou modo de produção)” (LEFEBVRE, 1991, p. 39). E, por fim, há os espaços de representação, que incorporam simbolismos complexos, algumas vezes codificados, outras vezes não, ligados ao lado clandestino ou subterrâneo da vida social, e também à arte” (LEFEBVRE, 1991, p. 33). Para o pensador francês, os espaços de representação tratam dos espaços que são diretamente vividos por meio de suas imagens e símbolos, e, portanto, são espaços de “habitantes” e “usuários”. São espaços dominados, e, portanto, experiências passivamente, que a imaginação procura mudar e se apropriar. Está sobreposto ao espaço físico, e faz uso simbólico dos seus objetos (LEFEBVRE, 1991, p. 39).

Enfim, para analisar as potencialidades transformadoras da agricultura urbana e sua contribuição para um movimento agroecológico urbano, caberia compreender como seus praticantes percebem os limites e dificuldades impostos pela ordem hegemônica do espaço urbano. E explorar as possibilidades de que, por meio de suas práticas espaciais (espaço percebido) e representações do espaço (espaço vivido), esses atores sociais resistam ou tensionam as representações do espaço urbano.



Referências bibliográficas

ALMEIDA, D. A. O.; MARQUES, L. M. F. J.; ALENCAR, V. G. S. L.; FERREIRA, C. M. T.; ARAUJO, M. L.; NARDINI, P. C.; ORNELAS, G. M.; COSTA, HELOISA SOARES DE MOURA; MACHADO, R. M. Um diálogo entre a agroecologia e a Agricultura urbana em Regiões Metropolitanas. **Revista Brasileira de Agroecologia** (Online), v. 13, p. 168-180, 2018.

BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit. Cities for people, not for profit. **City**, v. 13, n. 2-3, p. 176-184, 2009

HARVEY, David. **Rebel cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres/Nova Iorque: Verso Books, 2012. 187 p.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991. 434 p.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

SCHITTINI, Gilberto M. Agricultura urbana e direito à cidade: anotações teóricas para uma agroecologia urbana. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

SMITH, N. Foreword In: N.C. HEYNEN, N.C.; KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. (Ed.) **In the nature of cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism**. Oxford: Routledge, 2006, p. xii - xv.

TORNAGHI, Chiara. Critical geography of urban agriculture. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 4, p. 551-567, 2014.

TORNAGHI, Chiara. Urban Agriculture in the FoodDisabling City: (Re)defining Urban Food Justice, Reimagining a Politics of Empowerment. **Antipode**, v. 49, n. three, p. 781-801, 2017.